

Exemplo em que seria solicitada uma carta aberta aos dirigentes do shopping, expressando concordância ou discordância em relação à restrição do acesso dos adolescentes ao local



Carta aberta aos dirigentes do shopping

1 Nós, como pais de adolescentes cuja faixa etária está entre 12 e 17 anos, externamos nosso repúdio à decisão da equipe diretiva
2 do shopping (a qual os senhores integram) de exigir o acompanhamento do pai ou da mãe com a devida documentação para que
3 os menores ingressem no interior desses centros comerciais. Tal recurso não só dificulta o acesso desses clientes ao local, como
4 – sobretudo – interfere abusivamente nas relações familiares pelo fato de exigir autorização registrada em cartório para que os
5 adolescentes possam ingressar em tais estabelecimentos com outro adulto, mesmo que este seja avô, tio, primo do menor.

6 Embora estejamos cientes das dificuldades encontradas pelos senhores para conter violações cometidas pelos chamados “rolez-
7 inhos” nesse local, generalizar a medida a todos os adolescentes constitui atitude extremada e desrespeitosa ao direito de ir e vir.
8 Cabe ressaltar que nosso país permite que jovens de 16 anos participem das eleições, isso implica reconhecer que são capazes de
9 discernir, refletir sobre o que é melhor para eles e demais cidadãos. Nesse contexto, ver barrada a entrada de um filho, cuja edu-
10 cação e acompanhamento foram bem trabalhados e constantes justamente para que adquirissem independência, demonstra-se –
11 além de constrangedor – revoltante. Restringir a circulação, a presença desses adolescentes, implica ainda privá-los de atividades
12 culturais como cinema, exposições artísticas promovidas em tal espaço.

13 Além disso, os “rolezinhos”, na maioria dos casos, são adolescentes que já se sentem marginalizados, excluí-los de tal área seria pe-
14 nalizá-los duplamente. Eis a “cegueira branca” (bem definida pelo escritor português José Saramago) que acomete muitos cidadãos
15 e parece estar ofuscando meios melhores e mais eficazes de garantir o bom funcionamento do local pelos senhores administrado. As-
16 sim, sugestionamos que, como bons coordenadores, criem pequenas oficinas no “hall” de entrada, em que monitores (bem treinados e
17 polidos) acolham os adolescentes (independente de classe, etnia e grupo a que pertençam) e esclareçam sobre as normas de conduta
18 que regem tal espaço as quais primam pelo livre exercício da profissão, a segurança pública, o respeito à propriedade alheia e, in-
19 clusive, o direito de ir e vir. Uma vez feito isso (verdadeira aula de cidadania), caso o adolescente cometa alguma infração deve ser
20 penalizado, não antes. Afinal, mesmo sob a bandeira de medida preventiva, limitar o acesso revela-se injusto.

21 Nostalgicamente nos recordamos de quando éramos jovens e com a “turma” nos reuníamos também nesses locais para nos
22 descontraíremos em meio a risadas saudáveis, livres e conscientes. Demonstrávamos ser capazes de, em consonância com as ideias de
23 Kant, balizar nossas ações de modo que pudessem se tornar universais. Em decorrência dessa conduta, lográvamos ir ao shop-
24 ping mais vezes, uma vez que se instaurava confiança. Tal ciclo virtuoso, gostaríamos de propiciar a nossos filhos também.

25 Assim, nós – pais – esperamos que os senhores, após refletirem sobre a arbitrariedade da medida tomada e compará-la com
26 outras mais pertinentes, reavaliem seu posicionamento e permitam que esse espaço privilegiado que é o shopping possa ser usu-
27 fruído por todos. Tal cuidado restituirá a nós o direito pleno e incontestável de – junto com nossos próprios filhos adolescentes –
28 decidirmos onde podem ir, quanto tempo permanecer no local, se sozinhos ou acompanhados. Certos de sua compreensão, aguar-
29 damos notícias mais animadoras.

30 Pais zelosos

Na introdução da carta, o emissor, além de apontar o motivo de tal manifestação (o problema de interesse coletivo), deve fazer também uma breve **apresentação**, isto é, esclarecer quem são o(s) remetente(s) e o(s) interlocutor(es). Observe que a **tese** se estabelece por meio de palavras, como “repúdio”, “dificulta”, “abusivamente”.

No parágrafo anterior, ficou claro o problema de interesse coletivo a ser explorado. No **desenvolvimento**, espera-se que, entre as estratégias empregadas para defender o ponto de vista apresentado, o aluno empregue **recursos** como “previsão de argumento(s) do oponente e contra-argumentação”. A tese continua a ser corroborada a partir de palavras, como “extremada”, “desrespeitosa”, “constrangedor”, “privá-los”. O **contraponto** de ideias é estabelecido a partir da conjunção concessiva ‘embora’, logo no início do parágrafo. A conjugação verbal na primeira pessoa do plural (nós) e a passagem “pelos senhores” constituem marcas linguísticas que mantêm a interlocução.

Para **reforçar** a argumentação, inclui-se a experiência como modo de, no **contraste** entre passado e presente, expressar os benefícios perdidos. Cita-se o imperativo categórico kantiano como meio de ressaltar que não se pode tolher experiência capaz de viabilizar a construção da autonomia respaldada na liberdade consciente.

Ao longo do texto, inclusive na conclusão, pode-se apresentar **proposta** para o destinatário da carta. Tal recurso revela-se salutar e coerente, pois, uma vez que se aponta um problema, deve-se contribuir para que seja solucionado. Neste parágrafo, implicitamente, os receptores da carta estão sendo criticados por eleger solução frágil e discriminatória para o problema encontrado. A voz do prêmio Nobel de literatura José Saramago auxilia a **amparar** tal perspectiva. Assim, avalia-se como melhor e mais eficaz a proposta apresentada, mais coerente com ações de bons coordenadores.

Como já foi apresentada ao longo do texto uma proposta para a solução do problema, cabe **concluir** a análise com uma síntese do que foi apresentado. A coerência precisa ser mantida ao longo de todo o texto. Assim, **reiterou-se** o posicionamento defendido pelos remetentes e interpelou-se os receptores a modificarem sua ação.